



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

# SEGURANÇA PÚBLICA

## Boletim Informativo

# Índice

05	<b>Entrevista: Dra. Sara Gama Sampaio - Promotora de Justiça do MP/BA. Dissertação de Mestrado: “Quem protege nossas vidas?”: A percepção das mulheres em situação de violência doméstica sobre a atuação do Sistema de Justiça e de Segurança Pública – Comarca de Salvador/Ba.</b>
10	<b>CNJ se une a operação nacional contra violência doméstica</b>
11	<b>Violência doméstica: Tribunais têm protocolo para proteger magistradas e servidoras</b>
12	<b>Delegacia Digital já registrou 978 casos de violência doméstica</b>
13	<b>Agosto Lilás: Conscientização pelo fim da violência contra as mulheres</b>
16	<b>MP recomenda à Secretaria de Administração Penitenciária fiscalização de serviços de saúde nas unidades prisionais</b>
17	<b>PGJ participou de reunião virtual com presidente do Instituto Cigano do Brasil</b>
18	<b>Força-tarefa de Combate à Sonegação Fiscal promove reunião de alinhamento de ações para o segundo semestre</b>
19	<b>MP destaca importância dos Conselhos de Segurança em evento da Polícia Militar</b>
20	<b>MP e SEAP realizam reunião para discutir soluções de problemas no âmbito do sistema prisional</b>
21	<b>MP institui Cisp em Cruz das Almas</b>
21	<b>Comitê Institucional de Segurança Pública é reativado em Valença</b>
22	<b>Operação “Corações de Ferro” prende duas pessoas e cumpre 23 mandados de busca e apreensão em Salvador e Ilhéus</b>
23	<b>CNMP referenda resolução sobre retomada de envio de formulários de inspeções e visitas do MP a estabelecimentos penais e policiais - Medida estava suspensa, temporária e excepcionalmente, tendo em vista a necessidade de se adotar medidas de prevenção ao contágio pela Covid-19</b>
24	<b>Ações do CNMP e do Ministério Público em defesa das vítimas de crimes são destacadas em Sessão do Plenário</b>

# Índice

24	<b>Proposição recomenda que Ministério Público adote medidas para a melhoria das condições de trabalho no sistema prisional</b> - Iniciativa é do presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do CNMP
25	<b>Conselheiro destaca ações do CNMP que ajudam o Brasil a cumprir a sentença do caso “Nova Brasília”</b> - Marcelo Weitzel representou o Conselho Nacional do Ministério Público em audiência pública promovida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)
27	<b>Governo Federal promove ações para conscientizar e prevenir sobre o tráfico de pessoas</b> - A Secretaria Nacional de Justiça enviou materiais informativos para o reforço das ações em pontos estratégicos do país
28	<b>Instalação de câmeras em viaturas e fardas de policiais na BA começará neste ano, afirma Rui</b>
28	<b>Bahia registra, em 2020, quase 12% de casos de feminicídios a mais que em 2019, aponta anuário de segurança</b> - Segundo a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA), foram registrados 41 casos de feminicídios no primeiro semestre deste ano.
29	<b>'A política de segurança pública não está baseada na preservação da vida', analisa coordenador da Rede de Observatórios; veja dados</b> - Na quinta-feira (22/07), Rede de Observatórios de Segurança divulgou um novo relatório sobre a violência na Bahia. Apesar da manutenção da letalidade, tanto policial quanto social, taxas monitoradas apresentaram quedas acentuadas.
29	<b>Bahia lidera ranking brasileiro em número de homicídios dolosos, aponta anuário da violência</b>
30	<b>Universidade federal baiana cria cotas para detentos e ex-presidiários</b> - Será ofertada uma vaga em cada curso, turno e campus da UFSB
31	<b>SSP inicia testes de câmeras acopladas em fardas de policiais</b>
31	<b>Escritório Social da Bahia promove capacitação com pessoas egressas</b>
32	<b>Governo investirá R\$ 83 milhões na modernização de unidades policiais</b>
32	<b>CIRA: Operações recuperam mais de R\$ 40 milhões em sonegação de impostos na BA</b>
34	<b>Peça Processual e Orientação Técnica</b>

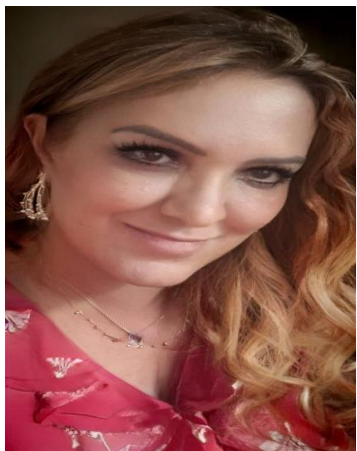
# ENTREVISTA

---





# Entrevista



**Dra. Sara Gama Sampaio**  
Promotora de Justiça do MP/BA

Entrevista realizada com a Promotora de Justiça, Dra. Sara Gama Sampaio, mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, compartilhando e refletindo conosco sobre o fruto do seu trabalho de dissertação de Mestrado intitulado “Quem protege nossas vidas?": A percepção das mulheres em situação de violência doméstica sobre a atuação do Sistema de Justiça e de Segurança Pública – Comarca de Salvador/Ba.

Seja bem vindo (a)! Acompanhe a entrevista!

## ***1. Quais os motivos que a levaram a pesquisar sobre o tema: “A percepção das mulheres em situação de violência doméstica sobre a atuação do sistema de justiça e de segurança pública – Comarca de Salvador/BA?”***

Eu fiz mestrado em 2017 e vim muito influenciada com situações que ocorreram, pois a Lei Maria da Penha é de 2006 e em 2012 foi necessária instauração de CPMI para apurar por que o Sistema de Segurança Pública e de Justiça estava se recusando a aplicar a Lei. Isso era uma realidade, havia muitas queixas das vítimas, tivemos decisões de alguns juízes bastante machistas, repudiando a Lei e ainda havia uma forte corrente dizendo que a mesma era inconstitucional. Após essa CPMI, a conclusão foi que, embora a Lei Maria da Penha fosse a mais conhecida do país, havia uma resistência muito grande na sua aplicação e era recomendado que os Ministérios Públicos e Tribunais fiscalizassem.

Então eu resolvi fazer essa pesquisa, mas gostaria de ouvir não os atores do sistema de segurança pública e Justiça, e sim as vítimas. Eu quis saber delas como estavam nos vendo, compreendendo a Lei Maria da Penha e a aplicação da Lei através dos seus agentes, então foi por isso que eu tive ideia de fazer essa pesquisa.

## ***2. O atendimento oferecido às mulheres em situação de violência na Comarca de Salvador, pelos órgãos de Segurança Pública e de Justiça corresponde à expectativa das usuárias e à perspectiva sob a qual foi elaborada a Lei Maria da Penha?***

O atendimento oferecido às mulheres em situação de violência ainda hoje é precário. Naquela época, constatamos que havia deficiência na logística, no aparelhamento da cidade. Fiz, especificamente, sobre Salvador, mas isso acontece em todo o Brasil, a Bahia não fica para trás e Salvador muito menos. Há uma deficiência muito grande, porque a demanda é imensa.

Nós temos muitos anos já praticando o “mantra”, a ideia de dizer que as mulheres denunciem, que elas não deixem que a violência aconteça, porque, inclusive, existem estatísticas que provam que o feminicídio é precedido de outras formas de violência. Então, toda campanha que tem sido feita há muito tempo, no sentido de que a mulher denuncie e não fique calada, é no sentido de fazer com que a violência seja estancada ainda no nascedouro e não se torne feminicídio. Mas a gente tem consciência de que, a partir do momento em que nós estimulamos a mulher a denunciar, nós também não estamos dando a ela a estrutura que dê vasão à demanda que começou a chegar. Então, eu diria que não é ainda apropriado, não está de acordo com o que a Lei diz. A Lei fala em proteção integral e quando você fala em proteção integral, a logística, a estrutura da rede de atendimento tem que existir e ainda hoje, infelizmente, não existe a contento.

### ***3. Quais foram as principais reclamações apresentadas pelas mulheres vítimas de violência, no que pertine ao atendimento ofertado pelos sistemas de justiça e segurança pública?***

Quando obtive as respostas nos 70 questionários, na época, eu era titular da Promotoria que estava instalada na 1ª Vara e atuava como substituta da 2ª Vara.

Então, eram as duas únicas unidades judiciárias que tratavam dessa matéria. Eu ouvi mulheres nas duas e o que eu ouvi foi que a grande queixa em relação às vítimas era a morosidade. Elas reportavam que chegavam à Delegacia para registrar ocorrência e eram ouvidas 6 meses depois. Bom, após 6 meses, essas mulheres que estão no ciclo da violência, já deram um jeito, se mantêm na relação abusiva, ou elas morreram. Isso é muito grave e ainda acontece até hoje. Para mim, essa morosidade atinge não só a estrutura da Secretaria de Segurança Pública em termos de Delegacia, como também a estrutura do Judiciário, pois nós temos grande número de prescrições. O judiciário também recepciona as denúncias, desencadeia a ação penal e não dá resposta rápida. Se na justiça normal a resposta rápida é o anseio que a maioria das pessoas tem, na violência doméstica ela é imprescindível e ainda hoje as mulheres em situação de violência sofrem com isso.

### ***4. Foi possível identificar um perfil dessas mulheres que sofreram violência?***

Na verdade, não há um perfil de mulher que sofre violência, isso é um mito. A gente ouve muito falar nisso como uma forma de “justificar” a violência, inserindo essa prática somente em determinados grupos, porque a mulher é pobre, porque é periférica, porque não tem cultura, etc, mas isso não existe. Basta ser mulher para estar em um padrão de vulnerabilidade e sofrer algum tipo de violência, seja ela doméstica ou seja ela também nos espaços públicos.

A gente vê, por exemplo, a questão da importunação sexual dentro dos transportes públicos, que acontece muito, o assédio no trabalho. Então, não há um perfil. Agora, quando se faz um recorte, analisando que nós vivemos numa capital onde há uma predominância da raça negra, é natural que as mulheres negras sejam as maiores vítimas. Já existe estatística, mostrando que, para essas mulheres, além da vulnerabilidade de ser mulher, há também o racismo e a discriminação. São duas conjunturas que se sobrepõem, que fazem com que as mulheres negras acabem sendo mais vulneráveis, mas não é um padrão, não podemos dizer que só vai sofrer violência se for negra, se for pobre, se for de baixa cultura, ou se morar na periferia. Todas as mulheres estão sujeitas, infelizmente, a sofrer violência.

### ***5. Existe uma compreensão, por parte dos agentes que compõem os sistemas de Segurança e Justiça no Estado da Bahia, acerca da violência de gênero?***

Eu posso dizer o seguinte, nós já estamos hoje anos-luz à frente do que nós estávamos quando a Lei foi promulgada. Já há, por parte dos agentes da Polícia, Ministério Público, Judiciário, Defensoria, as pessoas que compõem essa rede de enfrentamento à violência contra a mulher, uma capacidade maior de lidar com as questões de gênero. Mas eu acho que os juízes de família, por exemplo, deveriam ser capacitados.

Na minha opinião, todos os que trabalham com infância e juventude também deveriam ser capacitados, os que trabalham com idosos também, porque há uma violência voltada à questão de gênero que acaba permeando todas essas áreas. Entretanto, no que diz respeito às Varas, às Promotorias, Defensorias, Delegacias especializadas eu posso afirmar que já há um avanço e que nós estamos avançando cada dia mais. Eu, hoje, sou Coordenadora do Comitê do Cadastro de Violência Doméstica do Conselho Nacional do Ministério Público, tenho feito muita capacitação acerca do formulário nacional de avaliação do risco, que é uma lei recente. Através da Copevid, eu fui uma das pessoas que colaboraram para a feitura desse questionário, que acabou virando lei e, hoje, nós estamos capacitando toda rede de enfrentamento no interior, na capital. Então, eu acho que a gente está caminhando de uma forma mais firme. Antes havia algumas dúvidas, alguns questionamentos, mas hoje eu acho que a questão de gênero já é patenteadada, no sentido de que é algo que tem que ser tratado, tem que ser esclarecido, principalmente por parte de quem está à frente do Sistema de Segurança Pública e de Justiça.

#### ***6. Na sua opinião, o que precisaria ainda ser melhorado nos atuais sistemas de Justiça e Segurança Pública, no tocante ao atendimento oferecido às mulheres vítimas de violência doméstica na Comarca de Salvador?***

Eu diria que é aparelhar o Estado. A capital tem mais Varas, mais Promotorias, mais Defensorias, mais Delegacias. Imagina uma capital, com 3 milhões de habitantes, com duas Delegacias somente, isso é que tem feito com que a resposta que a justiça tenha que dar seja ineficiente em muitos casos. Isso tem gerado, inclusive, um descrédito por parte das vítimas, porque elas chegam até nós, em um momento de desespero, no ápice do que o ciclo da violência chama de fase da explosão, o momento em que a mulher sofre a violência e teme pela própria vida. Ela vai buscar socorro e quando ela encontra portas emperradas, portas que demoram-se a abrir, portas onde é preciso muito esforço para poder adentrar, então elas acabam desestimuladas.

Eu acho que esse é o grande ganho que nós teríamos, porque a realidade é que, desde a década de 90, a pauta da violência contra a mulher está na agenda de todos os governantes, sem exceção, alguns com mais dedicação, outros com menos, mas ainda assim não virou prioridade para nenhum deles. Se virasse prioridade, não seriam as secretarias com menos verba, se virasse prioridade não haveria tanto descaso em relação às estruturas, às vezes, até de uma reforma de uma delegacia. Eu tenho trabalhado muito, no sentido de levar essa informação para as cidades onde tenho ido fazer as capacitações. Se não tem uma delegacia especializada, se o Estado não dispõe, vamos fazer uma sala lilás, onde haja um destacamento, onde essa mulher tenha um acolhimento maior. Não se trata de dar privilégios à mulher, mas é que ter em mente de que se trata de uma relação muito difícil, você não está lidando com crime comum, você não está lidando com autor comum, com uma vítima comum, você está lidando com pessoas que algum dia se amaram, ou se amam. Às vezes acontece, aquela pessoa está apaixonada pelo companheiro, pelo marido, mas ele tem um comportamento violento.

Então assim, há uma dinâmica diferente, que envolve a violência ocorrida dentro das relações de parentesco, de afetividade e de domicílio e, por essa razão, é que precisa ter uma recepção diferente. É preciso tratar de uma forma desigual, para igualar, como diz o ditado. Então, a ideia é essa, poderia ampliar e melhorar esses aparelhamentos, que são extremamente necessários e que não são ainda suficientes. Eu vou dar um outro exemplo: em Brasília, que tem mais ou menos a mesma população de Salvador, tem o mais do triplo de Varas especializadas. Os colegas de lá falam que os processos duram mais ou menos 3 meses para serem julgados, aqui, creio que são 3 anos, em média. Então precisamos reestruturar a capital, especificamente, já que o objeto da minha pesquisa foi em relação a Salvador, mas podemos ampliar isso para o Brasil inteiro. O fato é que há ainda uma estrutura muito pífia para dar conta da demanda, e acaba dando esse resultado muito negativo, desvalorizando o esforço que é feito diariamente por pessoas que eu sei que se dedicam a essa causa e que, às vezes, não conseguem dar conta.

## **7. Os resultados obtidos na pesquisa a surpreenderam de alguma forma?**

Surpreenderam, porque como falei no início eu vinha influenciada pelas respostas negativas que vieram da CPMI, e esperava que as vítimas fizessem uma série de queixas em relação a nós que trabalhamos na Segurança Pública e na Justiça, mas não foi essa a resposta. O que elas diziam é que eram bem recebidas, Juízes, Defensores, Delegados as recebiam bem, mas elas se queixavam da demora e tinham toda razão, têm até hoje razão de se queixar. Mas a surpresa foi bem positiva, porque confesso que estava esperando ouvir críticas severas e uma coisa que também foi surpresa para mim foi que no bojo desse questionamento queria saber delas a expectativa com relação à justiça quanto a punição do agressor, e a ideia de que eles fossem presos, pagar uma pena, não era isso que elas queriam, as mulheres falavam textualmente “eu não quero que ele vá preso, que ele responda processo, eu quero que ele me deixe em paz”. Isso para mim fortaleceu a ideia de que as medidas protetivas de urgência que vieram com o ordenamento jurídico através da Lei Maria da Penha, foi o grande ganho que nós tivemos. Através da medida protetiva você afasta aquele agressor e você consegue estagnar uma violência que pode se tornar irreversível. Então ela tem sido muito trabalhada. A medida protetiva, ao longo desses 15 anos da Lei Maria da Penha, teve várias alterações legislativas justamente para ser fortalecida, inclusive hoje o descumprimento é crime.

Isso veio em 2018, e atualmente a lei 14.149/2021 instituiu o formulário de risco para ser aplicado na condução da medida protetiva. Hoje a inclusão dos homens em grupos reflexivos e a possibilidade de serem acompanhados por psicólogos, por exemplo, já está também como uma das medidas protetivas. Enfim, nós trabalhamos com essa perspectiva não unicamente do processo penal, é sim com uma dinâmica diferente, e não é que não tenha que punir, pois afinal de contas foram cometidos crimes, mas mais importante do que isso é dar oportunidade à mulher para que ela viva sem violência.

### **Considerações finais**

O que posso dizer é o seguinte: eu sou entusiasta da Lei Maria da Penha, essa é uma norma que se tornou um marco civilizatório na vida das mulheres brasileiras. Nós vivemos em um país que é o 5º país do mundo em assassinato de mulheres e, a partir da Lei Maria da Penha, começamos a colocar um farol, dar visibilidade àquilo que já acontecia, que todo mundo sabia, sempre aconteceu, desde que o mundo é mundo, mas que era relegado, era tido como de menor importância, como algo que poderia ser tolerado. E a Lei Maria da Penha veio para dizer isso, que não é tolerável, que não é aceitável que uma mulher morra dentro de sua casa, seja assassinada pelo seu marido ou ex-marido, que isso seja feito na presença de seus filhos, que ela não tenha, em casa, um reduto de paz.

Então, minha consideração é nesse sentido, de que a gente fortaleça cada vez mais, não só nós do sistema de Segurança Pública e Justiça, mas toda sociedade. É preciso que haja repúdio da sociedade. Assim como nós, muito tempo atrás, começamos a trabalhar em uma campanha a respeito dos malefícios do cigarro, eu acho que está na hora da gente engrossar essa corrente e começar a mostrar os malefícios da violência doméstica e familiar contra a mulher. Atinge toda família, causa traumas severos, o país perde cerca de 1 bilhão ao ano só com as mulheres que deixam de produzir no trabalho, em razão da violência que sofrem, então, entendo ser uma causa muito nobre, lutar para que essa violência acabe. Não se trata de conversa de vizinhas e de comadres. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher é algo que interessa a todos nós.

[Clique aqui para acessar a dissertação de Mestrado de Dra. Sara Gama: “Quem protege nossas vidas?” - A percepção das mulheres em situação de violência doméstica sobre a atuação do Sistema de Justiça e de Segurança Pública – Comarca de Salvador/Ba.](#)

*Dra. Sara Gama Sampaio  
Salvador, 26 de agosto de 2021*



# Violência Doméstica

---

Parada obrigatória! Espaço reservado para refletir, fortalecer e visibilizar o combate à violência contra mulher.



# CNJ se une a operação nacional contra violência doméstica



A integração de todos os participantes do Sistema de Justiça e de Segurança, em nível estadual e federal, para enfrentar a violência doméstica contra a mulher e aprimorar a proteção às vítimas desse crime foi fortalecida nesta quarta-feira (18/8), com o lançamento da Operação Maria da Penha. A ação, que contará com o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), deverá ocorrer de maneira intensiva entre os dias 20 de agosto e 20 de setembro e inclui a conscientização da população em relação à importância das denúncias.

A coordenação é do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e visa prevenir e reduzir a incidência da violência doméstica contra as mulheres, assim como de idosos e crianças, por meio da intensificação dos programas voltados ao enfrentamento desses crimes. Estão na pauta o acompanhamento das medidas protetivas de urgência às mulheres assistidas por programas de prevenção à violência doméstica e familiar, como o Patrulha Maria da Penha, e a interiorização das ações aos municípios que não contam com varas ou delegacias especializadas nesses crimes.

Para a conselheira do CNJ Tânia Rieckziegel, coordenadora do Movimento de Enfrentamento à Violência Doméstica contra as Mulheres do CNJ, levar para o interior um atendimento especializado é fundamental. “A Operação Maria da Penha está em compasso com o dever constitucional do Estado de criar mecanismos para coibir a violência doméstica, criando uma força tarefa intersetorial dos Poderes no combate a esse crime. A união de esforços traz ainda mais efetividade às atuações de enfrentamento à violência contra a mulher, reforça o cumprimento de medidas protetivas e conscientiza a população sobre a importância de denunciar agressões.”

Também faz parte da Operação o melhoramento do protocolo de atendimento dos servidores e policiais do 190 (Polícia Militar) e a elaboração de um diagnóstico sobre esses atendimentos. No período, uma força-tarefa, em outra frente, vai auxiliar oficiais de justiça no cumprimento de notificações (e outras ações necessárias) de agressores, cujas vítimas estejam amparadas por medidas protetivas de urgência.

[Continue lendo.](#)

[Notícia Adaptada.](#)  
[Fonte: CNJ](#)

# Violência doméstica: Tribunais têm protocolo para proteger magistradas e servidoras

Em mais uma ação destinada ao combate à violência doméstica e de gênero, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) expediu recomendação para que todos os tribunais adotem o “Protocolo Integrado de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao Enfrentamento à Violência Praticada em Face de Magistradas e Servidoras”. A medida é voltada para garantir proteção de magistradas e servidoras que atuam no Poder Judiciário e foi aprovada por unanimidade na [90ª Sessão do Plenário Virtual](#).

A iniciativa reforça os programas de combate à violência doméstica e de gênero instituídos pelo Poder Judiciário visando a proteção dos direitos humanos, um dos eixos da gestão do presidente do CNJ, ministro Luiz Fux. O Protocolo Integrado foi encaminhado, juntamente com a Recomendação, a todos os presidentes de tribunais – exceto o STF –, para divulgação junto às respectivas comissões permanentes de segurança e a integrantes da polícia judicial.

O documento inclui ações preventivas de cunho informativo, incluindo canais de denúncia, redes de apoio, de segurança e de saúde; de cunho estrutural, com a formação de comissões e celebração de acordos com outras entidades para efetivar a prevenção; e de relacionados à capacitação, como cursos de defesa pessoal, atualização para agentes da polícia judiciária e de saúde dos tribunais. Também são listadas medidas de segurança para implementação de ações nos casos de violência doméstica.

O protocolo foi elaborado pelo Comitê Gestor do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário, que é responsável por planejar, propor e coordenar ações de segurança que envolvem os membros a Justiça. O relator do Ato Normativo n, 0004857-84.2021.2.00.0000, conselheiro do CNJ Mário Guerreiro, ressalta que o debate para a criação de protocolos destinados à proteção de magistradas e servidoras surgiu da apuração do assassinato da magistrada Viviane Vieira do Amaral Arronzenzi, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). O feminicídio foi praticado pelo ex-marido na véspera do Natal de 2020.

[Continue lendo. Fonte: CNJ.](#)





# Delegacia Digital já registrou 978 casos de violência doméstica

Mulheres vítimas de violência doméstica contam desde agosto de 2020 com o auxílio da Delegacia Digital para registrar ocorrências referentes à Lei Maria da Penha. A partir de sua inauguração, 978 casos já foram registrados e encaminhados para as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher e Delegacias Territoriais em todo o território baiano, e posteriormente remetidos à Justiça. A ferramenta foi criada durante a pandemia da Covid-19, para que as mulheres tivessem mais privacidade e pudessem fazer a denúncia sem sair de casa.

O acesso da mulher vítima de violência é através do link <https://www.delegaciadigital.ssp.ba.gov.br/>. Dentro do portal, há uma aba específica para casos relacionados à Lei Maria da Penha. A delegada titular da unidade, Célia Miranda, explica quais elementos são fundamentais para registrar:

“É muito importante se ater aos detalhes e aos dados do agressor. Isso é fundamental para que a polícia chegue até ele. É necessário informar o nome completo. Se tiver dados como RG, CPF, endereço ou local onde o suspeito trabalha, tudo isso ajuda na localização”, disse a delegada.



Após o registro, a mulher receberá via email para qual delegacia a ocorrência foi encaminhada. “É importante que a denunciante fique atenta ao telefone e ao email, porque a delegacia entra em contato para informar os novos passos da investigação e, caso tenham mais elementos como fotos e vídeos, possa enviar os arquivos”, explicou.

A delegada titular da Deam de Periperi, Iola Nolasco, explica o trâmite da ocorrência quando encaminhado da Delegacia Digital para a unidade especializada. “Nós verificamos a ocorrência prontamente anotamos os dados e entramos em contato por telefone com a vítima. A partir daí, marcamos para que ela e as testemunhas sejam ouvidas”, explicou.

A delegada relembra um dos casos que chegou da Delegacia Digital e que já foi remetido à Justiça. “Essa vítima vinha sendo ameaçada. Ligamos pra ela e pegamos mais informações dos contatos do agressor e endereço. Nosso Setor de Investigação (SI) foi ao endereço indicado e encontrou o homem”, relatou a delegada

O agressor foi ouvido, testemunhas foram ouvidas e o inquérito foi concluído e remetido à Justiça. “O trâmite é o mesmo de qualquer delegacia. Denunciar a violência na Delegacia Digital é tão importante quanto na Deam. Agora, se a mulher sofrer lesão corporal, ela deve vir à Deam pegar a guia para realização de exames”, relatou.

Caso a mulher não possa ir até a Deam, a Lei Maria da Penha permite que o relatório médico emitido em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) ou médico particular seja usado como comprovação da lesão corporal.



# NÃO NATURALIZE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER!



## • Agosto Lilás: Conscientização pelo fim da violência contra as mulheres

---

Nos últimos dias, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3855/20 que institui o “Agosto Lilás”, mês de referência ao enfrentamento e combate a violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil. Com isso, o objetivo é o de sensibilizar a população e debater estratégias para a redução da violência contra as mulheres.

As campanhas buscarão despertar para importância da mobilização para coibir os tipos de violência, seja física, psicológica, sexual, moral ou patrimonial. O foco é a promoção de ações durante todo o mês para conscientizar, esclarecer sobre as diferentes formas de violência contra a mulher, previstas na Lei Maria da Penha, além de divulgar os serviços especializados da rede de atendimento à mulher em situação de violência e os mecanismos de denúncia existentes.

[Continue lendo. Fonte: SPM](#)

## • Acesse também: [www.mpba.mp.br/leimariadapenha](http://www.mpba.mp.br/leimariadapenha)

---

# NÃO NATURALIZE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER!

**TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

- ▶ **Violência física:** lesar a integridade ou saúde corporal da mulher.
- ▶ **Violência psicológica:** danar a saúde emocional, mental e sua liberdade de ser.
- ▶ **Violência sexual:** forçar ou intimidar a mulher a uma relação sexual não desejada.
- ▶ **Violência patrimonial:** reter, subtrair ou destruir bens, valores e direitos.
- ▶ **Violência moral:** caluniar, difamar ou cometer injúria.

INFORMASUS  
UFSCAR

[Clique aqui para acessar a fonte da imagem.](#)

# Notícias do MP

---

MP/BA e CNMP



# MP recomenda à Secretaria de Administração Penitenciária fiscalização de serviços de saúde nas unidades prisionais

---

O Ministério Público estadual recomendou à Secretaria Estadual de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap) que fiscalize a execução do contrato prestado pelo Instituto ISAS, responsável pelos serviços de saúde nas unidades prisionais, nomeando um fiscal para o contrato nessas unidades locais.

A recomendação foi enviada para os diretores das seguintes unidades: Casa do Albergado e Egresso; Cadeia Pública de Salvador; Central Médica Penitenciária; Centro de Observação Penal; Conjunto Penal Feminino; Colônia Penal Lafayette Coutinho; Hospital de Custódia e Tratamento; Penitenciária Lemos Brito; Presídio Salvador; e Unidade Penal Extraordinária (criada para receber internos com coronavírus).

O contrato entre o Instituto ISAS e a Seap prevê que compete ao contratante a fiscalização dos serviços in loco sob o aspecto quantitativo e qualitativo, nomeando, através da diretoria da unidade prisional, o fiscal para o contrato para a fiscalização sistemática, prestação do cumprimento da escala mensal, frequência diária dos prestadores de serviços e declaração de execução dos serviços contratados', destacou a promotora de Justiça Andréa Ariadna, autora da recomendação.

No documento, o MP recomendou ainda que seja fiscalizada a assiduidade dos profissionais da empresa terceirizada prestadora de serviços médicos nas referidas unidades, por meio de controle próprio; e que seja realizado o acompanhamento do contrato, registrando todas as irregularidades encontradas, dando ciência imediata a seus superiores e ao setor da Seap responsável pelo controle e fiscalização de contratos.

[Fonte: MP/BA.](#)



# PGJ participou de reunião virtual com presidente do Instituto Cigano do Brasil



A procuradora-geral de Justiça, Norma Cavalcanti, participou de reunião por videoconferência com o presidente do Instituto Cigano do Brasil-ICB, Rogério Ribeiro, juntamente com o vice-presidente, José de Paulo, na manhã desta segunda-feira (02 de agosto), pela plataforma Teams.

O Ministério Público estadual vem acompanhando de perto as investigações dos fatos que resultaram na morte de oito ciganos nos municípios de Vitória da Conquista, Anagé e Itiruçu, por intermédio das promotorias de justiças locais e do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública- Geosp.

A reunião contou também com a participação do coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (CEOSP), Luís Alberto Vasconcelos; da coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (CAOCA), Márcia Rabelo; do coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOCRIM), André Lavigne; do coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH), Edvaldo Vivas; e dos promotores de Justiça de Vitória da Conquista, Beneval Mutim, José Junseira e Guiomar Miranda.

Fonte: [MP/BA](#).

# Força-tarefa de Combate à Sonegação Fiscal promove reunião de alinhamento de ações para o segundo semestre

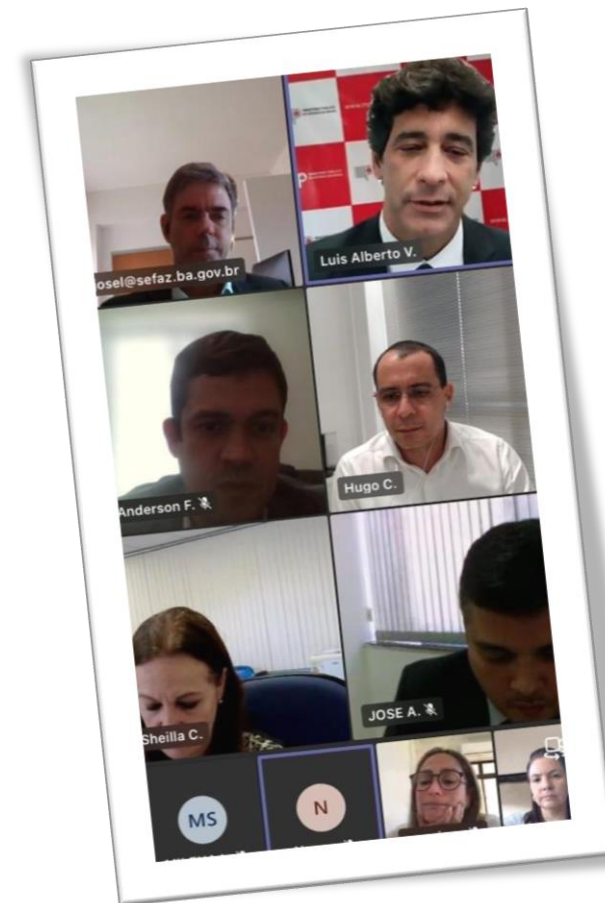
Os integrantes da Força-tarefa do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) participaram na manhã da quinta-feira, (12 de agosto), de uma reunião virtual onde foram apresentadas as ações e planejamento operacional para o segundo semestre de 2021 e destacaram a necessidade de um alinhamento das próximas ações que visam reprimir os crimes contra a ordem tributária e a sonegação fiscal.

[Continue lendo.](#)

Os resultados positivos para os cofres públicos foram sinalizados pelos integrantes durante o encontro, já que a Força-tarefa, integrada pelo MP, recuperou cerca de R\$ 62 milhões em operações de combate à sonegação fiscal de 2020 até o momento.

Entre 2020 e 2021 foram realizadas cinco grandes operações de combate a crimes tributários. Prisões, realização de oitivas e ajuizamento de medidas cautelares junto ao Poder Judiciário para bloqueio de bens, busca e apreensão, interceptação telefônica e quebra de sigilos bancário e fiscal de investigados por crimes tributários. Essas são algumas das ações que fazem parte da rotina dos integrantes do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA) na busca do ressarcimento ao erário por parte dos sonegadores.

A Força-Tarefa de Combate à Sonegação, iniciativa estratégica do CIRA, é composta pela Polícia Civil, por meio da Delegacia de Crimes contra a Administração Pública (DECECAP) e por seu núcleo fiscal, pelo Ministério Público da Bahia, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal (GAESF) e Secretaria da Fazenda, por meio da Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa (INFIP).



[Notícia Adaptada.](#)  
[Fonte: MP/BA.](#)

# MP destaca importância dos Conselhos de Segurança em evento da Polícia Militar



A importância da criação e estruturação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública (Conseg) para a redução dos índices de criminalidade foi destacada pela promotora de Justiça Joseane Nunes no dia 12 de agosto, durante exposição realizada em workshop promovido pelo Comando de Policiamento da Região Norte. A promotora de Justiça apresentou o cenário de implantação e estruturação dos quatro Consegs de Juazeiro, realidade que deverá servir de exemplo e incentivo aos demais municípios da região em que o CPR Norte atua.

A convite do coronel PM Valter Araújo, comandante da Regional, Joseane Nunes lembrou aos participantes o objetivo do Conselho, que é um espaço onde os integrantes da comunidade podem se reunir e pensar estratégias de enfrentamento dos problemas de segurança, tranquilidade e insalubridade local, orientados pela filosofia da Polícia Comunitária. Ela também registrou no evento, que teve a presença do promotor de Justiça Raimundo Moinhos, que o Conseg serve para fomentar a implementação de políticas públicas, como exemplo, na área de educação e relativa à iluminação pública. A promotora de Justiça informou ainda que a reativação dos Conselhos é um dos objetivos do Comitê Interinstitucional em Segurança Pública (Cisp), que tem buscado fortalece-los para promover uma integração maior entre os órgãos e ouvir a comunidade para debater e traçar soluções mais adequadas para redução dos índices de criminalidade em cada região.

A estruturação dos Consegs foi definida pelo comandante da CPR Norte, que abrange diversos municípios, como um dos focos da Polícia. “A Instituição então tem buscado se harmonizar com o ideal do MP e fomentar a criação e estruturação dos Conselhos nos municípios, a começar pela expansão da regional que abrange os municípios de Sento Sé e Sobradinho”, informou a promotora de Justiça. O evento contou ainda com a participação de presidentes de Conselhos de Segurança, representantes e líderes comunitários de Sobradinho e Sento Sé, que devem adotar o modelo de Juazeiro na estruturação dos seus conselhos.

Fotos: CPRNorte





# MP e SEAP realizam reunião para discutir soluções de problemas no âmbito do sistema prisional



A procuradora-geral de Justiça, Norma Cavalcanti, acompanhada da procuradora-geral Adjunta para Assuntos Jurídicos, Wanda Valbiraci, recebeu, na quarta-feira (18/08), o secretário Nestor Duarte, gestor da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap), na sede do MP no Centro Administrativo da Bahia - CAB.

Na pauta, o assunto em maior evidência foi a necessidade de alteração legislativa no que concerne ao alinhamento da Constituição estadual com a emenda 104 da Constituição Federal que cria e normatiza a Polícia Penal.

Além disso, foi debatido a criação de um plano de reposição do quadro de agentes penitenciários, tendo em vista a defasagem do quadro do sistema prisional por motivos relacionados a iminente aposentadoria dos agentes.

Foram discutidas também a oferta de alimentos nos termos das referências contratuais; melhoria dos níveis de fiscalização interna quanto ao pessoal; assistência à saúde e requalificação de instalações físicas. Os participantes destacaram a necessidade de priorização das demandas em razão das complexidades e restrições orçamentárias que impossibilitam a regularização de todos os problemas de uma única vez.



Além da PGJ, o encontro contou com a participação do coordenador da Unidade de Monitoramento da Execução da Pena e Medidas Alternativas (Umep), Edmundo Reis e da promotora de Justiça, Andreia Ariadna, da 4ª Promotoria de Execução do Ministério Público estadual. Por parte da SEAP, o encontro contou com as presenças, também, do superintendente de Ressocialização Sustentável, Luís Antônio Nascimento Fonseca; do superintendente de Gestão Prisional, Coronel Júlio César Ferreira dos Santos; do diretor-geral, Tarcísio Malaquias; do assessor do secretário, Coronel Paulo César e do diretor administrativo, Major Milton Martins.

[Continue lendo.](#)

[Notícia Adaptada.](#)  
[Fonte: MP/BA.](#)



## MP institui Cisp em Cruz das Almas



O Ministério Público estadual instituiu o Comitê Interinstitucional em Segurança Pública Regional (Cisp) do Município de Cruz das Almas na terça-feira (25/08). Durante a reunião, que foi presidida pelo promotor de Justiça Adriano Marques, foram discutidos o funcionamento do Comitê e as ações desenvolvidas pelo Cisp do Município de Irecê, do qual ele foi coordenador. O comitê visa fomentar o debate e a implantação de medidas interinstitucionais em segurança pública e defesa social no Município.

Dentre as atribuições do Cisp estão a sistematização e armazenamento de informações na área de segurança pública, especialmente no que se refere ao controle externo da atividade policial e às estatísticas criminais. O Comitê também firma parcerias com instituições públicas, privadas e da sociedade civil para estimular o intercâmbio de ideias, a troca de experiências e informações por meio de campanhas educativas, realização e participação em seminários, encontros, audiências públicas e debates sobre violência.

[Continue lendo.](#)

[Notícia Adaptada.](#)  
[Fonte: MP/BA](#)

## Comitê Institucional de Segurança Pública é reativado em Valença



O Comitê Institucional de Segurança Pública (Cisp) do Ministério Público estadual foi reativado no município de Valença, na quarta-feira, 26/08. A cerimônia de reativação do Comitê, que aconteceu na Câmara dos Vereadores da cidade, integrou as atividades da Semana de Segurança Pública em Foco, evento promovido pelo Conselho de Segurança de Valença com apoio do MP, que teve início no dia 23 e encerra já no dia 27, sexta-feira.

A reinstalação do Cisp foi prestigiada pelos promotores de Justiça Lívia Luz Farias, coordenadora do Cisp local, e Áviner Rocha Santos, gerente do Cisp, além de vereadores e membros do Conselho Comunitário de Segurança. Na solenidade, atores sociais atuantes na área foram chamados a participar mais ativamente, estabelecendo metas em comum. Foram compartilhadas iniciativas importantes e estabelecidos compromissos.

“É outro passo importante para a integração dos poderes constituídos em busca do objetivo comum, que é a segurança pública local. O Ministério Público está trabalhando com os novos instrumentos postos à sua disposição para fazer frente à realidade da sociedade do século XXI”, destacou a promotora de Justiça Lívia Luz.

[Continue lendo.](#)

[Notícia Adaptada.](#)  
[Fonte: MP/BA](#)

# Operação “Corações de Ferro” prende duas pessoas e cumpre 23 mandados de busca e apreensão em Salvador e Ilhéus

Duas pessoas foram presas em flagrante na manhã do dia 31 de agosto, uma em Salvador e uma em Ilhéus, durante a operação “Corações de Ferro”, que investiga a prática de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro por um grupo empresarial que atua no setor de comércio atacadista de materiais de construção. A operação cumpriu 23 mandados de busca e apreensão e encontrou cinco armas, munição, além de comprimidos do entorpecente conhecido como “bala”, frascos de lança-perfume e documentos, que servirão de base para a continuidade das investigações. Segundo o coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal (Gaesf), do Ministério Público do Estado da Bahia, promotor de Justiça Hugo Casciano, da análise inicial dos documentos “foi possível identificar novos níveis na organização, que serão investigados e responsabilizados”.

As informações foram passadas em entrevista coletiva virtual, concedida em 31/08, da qual participaram também a inspetora fazendária Sheila Meirelles e a delegada de Polícia Civil Márcia Pereira. Estima-se que o grupo tenha sonegado cerca de R\$ 11 milhões em impostos. A operação é uma iniciativa da Força-Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, composta pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal (Gaesf), do Ministério Público do Estado da Bahia; Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa da Secretaria Estadual da Fazenda (Infip); Coordenação Especializada de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Ceccor/LD/Dececap/Draco), da Secretaria de Segurança Pública e pela Companhia Independente de Polícia Fazendária da Polícia Militar (Cpifaz).

[Continue lendo.](#)

[Notícia Adaptada.](#)  
[Fonte: MP/BA](#)





# CNMP referenda resolução sobre retomada de envio de formulários de inspeções e visitas do MP a estabelecimentos penais e policiais

Medida estava suspensa, temporária e excepcionalmente, tendo em vista a necessidade de se adotar medidas de prevenção ao contágio pela Covid-19

Na quinta-feira, 29 de julho, o Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público referendou, por unanimidade, a [Resolução CNMP nº 233/2021](#). Com isso, volta a valer a obrigatoriedade do preenchimento dos formulários de inspeções e de visitas realizadas pelos membros do Ministério Público, de forma presencial ou virtual, em estabelecimentos penais e repartições policiais, civis e militares, órgãos de perícia técnica e aquartelamentos militares, e a consequente obrigatoriedade do envio desses formulários às corregedorias locais e ao CNMP.

Com a medida, foram revogados dispositivos da [Resolução CNMP nº 208/2020](#) que dispensaram a obrigatoriedade do preenchimento dos formulários de inspeções e de visitas realizadas pelos membros do Ministério Público, de forma presencial ou virtual, em estabelecimentos penais e repartições policiais, civis e militares, órgãos de perícia técnica e aquartelamentos militares, e a consequente obrigatoriedade do envio desses formulários às corregedorias locais e ao CNMP.



## Ações do CNMP e do Ministério Público em defesa das vítimas de crimes são destacadas em Sessão do Plenário

Durante a 11ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público, realizada na terça-feira, 10 de agosto, a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP), por meio do seu presidente, conselheiro Marcelo Weitzel, comunicou o lançamento da campanha “Justiça começa pela vítima”, do Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal, vinculado ao Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União.

A campanha, que teve início no dia 1º de agosto, se estenderá por todo o mês, com o objetivo de divulgar informações sobre direito das vítimas de crimes e sobre o papel dos órgãos do sistema de justiça na defesa das vítimas. [...]

[Saiba mais. Notícia Adaptada. Fonte: CNMP](#)



## Proposição recomenda que Ministério Público adote medidas para a melhoria das condições de trabalho no sistema prisional

Iniciativa é do presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do CNMP

O presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CSP), conselheiro Marcelo Weitzel, apresentou proposição que recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público brasileiro a adoção de medidas estruturantes para a melhoria das condições ambientais e de acesso ao trabalho no âmbito do sistema prisional. A apresentação ocorreu na terça-feira, 10 de agosto, durante a 11ª Sessão Ordinária de 2021.

Uma das orientações do texto é a adoção de providências voltadas ao fomento e à fiscalização em prol da elaboração e a efetiva execução pelos gestores estatais dos Planos Estaduais de Implementação da Política Nacional de Trabalho do Preso e Egresso.

Segundo o conselheiro proponente, “o acesso ao trabalho e o desenvolvimento de unidades produtivas no âmbito do sistema prisional são elementos essenciais de qualquer planejamento de uma política de segurança pública que previna a reincidência e permita a geração de recursos úteis para a melhoria das unidades e iniciativas de reintegração social”. [...]

[Veja mais. Notícia Adaptada. Fonte: CNMP](#)



## **Conselheiro destaca ações do CNMP que ajudam o Brasil a cumprir a sentença do caso “Nova Brasília”**

Marcelo Weitzel representou o Conselho Nacional do Ministério Público em audiência pública promovida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

O presidente da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), conselheiro Marcelo Weitzel, destacou, em audiência pública promovida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ações do CNMP que colaboram para que o país consiga cumprir algumas das determinações previstas na sentença que condenou o Estado brasileiro pela dupla chacina na favela Nova Brasília, no Rio de Janeiro, nos anos de 1994 e 1995.

No evento, realizado de forma on-line, na sexta-feira, 20 de agosto, Marcelo Weitzel falou, principalmente, sobre iniciativas – ainda pendentes de aprovação pelo Plenário do Conselho – pensadas por dois grupos de trabalho criados pela CSP/CNMP com o objetivo de modificar a metodologia do controle externo da atividade policial. As ideias buscam fazer com que as políticas de segurança pública atendam, acolham e orientem as vítimas de delitos.

No que se refere à letalidade policial, deve haver uma análise das atividades desenvolvidas nas investigações e na identificação dos problemas que atrasam ou prejudicam essas apurações. Também são importantes as políticas públicas para redução da letalidade e da vitimização policial, que englobam uma maior transparência, monitoramento, modernização de equipamentos, formação e capacitação dos profissionais dessa área, evolução de conhecimentos na área das perícias e proteção da vítima e seus familiares, garantindo a elas um atendimento multidisciplinar. [...]

### **Outras ações**

O conselheiro também citou a criação do Sistema de Dados sobre Atuação de Controle Externo da Atividade Policial e do Sistema de Registro de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial, além da efetivação de um acordo entre o CNMP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com intenção de aprimorar e unificar os indicadores da atuação do Ministério Público nessas áreas. [...]

### **O caso “Nova Brasília”**

A condenação do Brasil pela CIDH, em 2017, veio por conta da falta de investigação e de punição aos responsáveis por 26 mortes em operações policiais na favela conhecida como Nova Brasília, na capital fluminense. Foi a primeira vez em que o país foi julgado e responsabilizado na Corte por um caso de violência policial.

[Leia na íntegra. Notícia Adaptada. Fonte: CNMP](#)

# Notícias Externas

---





# Governo Federal promove ações para conscientizar e prevenir sobre o tráfico de pessoas

A Secretaria Nacional de Justiça enviou materiais informativos para o reforço das ações em pontos estratégicos do país

## Campanha

Recentemente, a Secretaria Nacional de Justiça (Senajus) enviou materiais informativos para o reforço das ações em pontos estratégicos do Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

E no dia Mundial do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em 30 de julho, o ministério lançará o Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas entre os anos de 2017 e 2020. O documento está sendo desenvolvido em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime.

Orientar e conscientizar a população sobre os riscos do tráfico de pessoas. Durante todo este mês, Governo Federal e entidades sociais promoverão uma série de ações com o objetivo de dar visibilidade ao tema.

Segundo o secretário Nacional de Justiça, Claudio de Castro Panoeiro, o enfrentamento a esse tipo de crime depende de políticas de prevenção, repressão e assistência às vítimas. "Do ponto de vista da repressão, o que o nosso Estado faz desde 2006 é estabelecer uma política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Essa política se desenvolve fundamentalmente dentro do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Por aqui, são desenhadas ações governamentais que possam abastecer estados, municípios e sociedade civil de uma série de iniciativas para o enfrentamento a essa prática."

Entre as ações citadas pelo secretário, a campanha para esclarecimento da população sobre o que é o tráfico de pessoas; o recolhimento de dados que ajudam na elaboração de políticas públicas e a capacitação de profissionais que trabalham diretamente no enfrentamento a esse tipo de crime.

[Leia mais na íntegra. Fonte: Governo do Brasil](#)

## Instalação de câmeras em viaturas e fardas de policiais na BA começará neste ano, afirma Rui

O plano de instalar câmeras em viaturas e no fardamento dos policiais começará a ser posto em prática neste ano na Bahia. A informação foi dada pelo governador Rui Costa (PT), na manhã da terça-feira (13/07), durante a entrega de uma nova encosta entre a Rua Quinta dos Lázarus e a avenida Glauber Rocha, no bairro de Cidade Nova, em Salvador.

"Nós estamos instalando aqui na região metropolitana aquele sistema LTE - mais avançado que o 5G, é aquele que dá as imagens em tempo real", explica Rui. "Terá um celular transmitindo ao vivo as operações da polícia para o comando. Todas as viaturas terão esse equipamento e eu fixei um prazo. Estava planejado pra executar em quatro anos, eu antecipei a aquisição. Queria 100% dessas 80 cidades [contempladas] ano que vem. Metade ainda esse ano e metade ano que vem", acrescentou.

O governador pontuou ainda que o recurso será importante para que a sociedade veja imagens de quando "o bandido agride o policial com metralhadora, fuzil, escopeta", bem como "fatos específicos se houver desvio de conduta deste ou daquele policial".

O projeto de monitoramento na segurança pública também inclui a instalação de câmeras na rua, em pontos próximos às estações de metrô, escolas, hospitais e postos de saúde. As câmeras farão reconhecimento de placa automaticamente, a fim de identificar quando se tratar de um veículo roubado e acionar um alerta para a polícia. Segundo o governador, se trata da ampliação do serviço já testado no metrô, com investimento de quase R\$ 1 bilhão.

[Notícia Adaptada. Leia. Fonte: Bahia Notícias](#)

## Bahia registra, em 2020, quase 12% de casos de feminicídios a mais que em 2019, aponta anuário de segurança

Segundo a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA), foram registrados 41 casos de feminicídios no primeiro semestre deste ano.

A Bahia registrou, no ano passado, 113 crimes de feminicídio, crime de ódio em que a mulher é assassinada em contexto de violência doméstica ou por misoginia – aversão às mulheres. Os dados são do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgados na quinta-feira (15/07). O número aponta um crescimento de 11,8% em comparação ao registrado pelo estado em 2020.

Raio X da violência no Brasil em 10 pontos, segundo o Anuário da Segurança Pública

É o segundo ano seguido que o levantamento aponta crescimento no número de feminicídios na Bahia. Em 2020, foi registrado um aumento de 32% em comparação ao registrado pelo estado em 2018.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA), foram registrados 41 casos de feminicídios no primeiro semestre deste ano. Em comparação ao mesmo período de 2020, quando o órgão de segurança pública registrou 58 casos, houve uma redução de 29,3%. [...]

[Notícia Adaptada. Veja mais a notícia. Fonte: G1 Bahia](#)





## 'A política de segurança pública não está baseada na preservação da vida', analisa coordenador da Rede de Observatórios; veja dados

Na quinta-feira (22/07), Rede de Observatórios de Segurança divulgou um novo relatório sobre a violência na Bahia. Apesar da manutenção da letalidade, tanto policial quanto social, taxas monitoradas apresentaram quedas acentuadas.

"A nossa política de segurança pública não está baseada na lógica da preservação da vida, mas sim no confronto, no embate. Essa lógica é o que causa a altíssima letalidade entre pessoas criminalizadas e os policiais. É uma política que não funciona para nenhuma das pontas".

A análise é do coordenador da Rede de Observatórios da Segurança na Bahia, co-fundador da Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPd) e historiador, Dudu Ribeiro.

## Bahia lidera ranking brasileiro em número de homicídios dolosos, aponta anuário da violência

A Bahia é o estado que mais registrou homicídios dolosos, quando há a intenção de matar, em 2020. Ao todo, foram 5.368, com aumento de 355 óbitos desde 2019, fazendo com que o estado se isolasse na liderança do ranking. A informação consta no anuário da violência, divulgado na quinta-feira (15/07).

O Nordeste ocupa as duas primeiras posições, em segundo, o estado do Ceará registrou 3.934 homicídios dolosos. O estado tinha registrado 2.155 mortes em 2019 com aumento de 1.779 registros para 2020. Já em terceiro lugar aparece o estado do Rio de Janeiro, com 3.544, apresentando redução nos registros em comparação com 2019, onde foram 4.004 homicídios.

Já em quarto lugar está Pernambuco, com 3.543 mortes dolosas. Em 2019 o estado tinha registrado 3.257 homicídios, com aumento de 286 casos. Em quinto lugar está o estado de São Paulo com um total de 3.038, aumento de 132 mortes dolosas se comparado com 2019.

[Notícia Adaptada. Veja mais. Fonte: Bahia Notícias](#)

De janeiro a maio de 2021, a Bahia registrou 572 ocorrências violentas, que vão desde mortes policiais, morte causadas por policiais, feminicídios, violência contra crianças e adolescentes, racismo, violência contra pessoas LGBTQIA+ e chacinas – o único crime que aumentou em relação ao ano passado. [...]

[Notícia Adaptada. Leia na íntegra. Fonte: G1 Bahia](#)

# Universidade federal baiana cria cotas para detentos e ex-presidiários

## Será ofertada uma vaga em cada curso, turno e campus da UFSB

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) aprovou a criação de mais uma vaga por cotas destinada a pessoas em situação de privação de liberdade (detentos), egressos do sistema prisional e para refugiados, além de atualizar medidas e ajustes na aplicação da reserva de vagas nos fluxos dos processos seletivos. A UFSB é a primeira universidade a criar este mecanismo no Brasil.

As adequações foram apresentadas pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (Proaf) em sessão do Consuni de 18 de junho de 2021, após discussões com a Pró-Reitoria de Gestão Acadêmica (Progeac) e avaliação do Comitê de Acompanhamento da Política de Cotas (CAPC) da UFSB. A resolução 12/2021 foi publicada em 23 de junho.



Pessoas egressas do sistema prisional, ainda em privação de liberdade, e também refugiados – pelas mais diversas razões – poderão acessar a vaga supranumerária via SiSU e Colégios Universitários. Haverá uma para cada curso, turno e campus da instituição.

Em comunicado, a universidade informou que "o programa de ações afirmativas da UFSB é um dos mais destacados e reconhecidos nacionalmente por meio da atuação institucional no debate sobre a política de cotas. Os ajustes, portanto, surgem no sentido de fortalecer o papel da UFSB como instituição que valoriza e prioriza as políticas de ações afirmativas enquanto princípio – previsto, inclusive, no estatuto da universidade."

A expectativa é que as novas medidas já sejam aplicadas nos próximos processos de ingresso na UFSB. A Proaf e o CAPC irão debater a regulamentação da medida, além de realizar a promoção de um conjunto de audiências, escutas e eventos para divulgar a nova resolução.

A Proaf também buscará apoios institucionais num diálogo com OAB, Secretaria de Justiça do Estado da Bahia e o direções das unidades prisionais da área de abrangência da universidade.

Segundo o pró-reitor de Ações Afirmativas da UFSB, Sandro Ferreira, é importante destacar que a UFSB vem realizando inovações importantes em sua política de ações afirmativas, ao longo desses últimos quatro anos. [...]

[Saiba mais lendo. Fonte: Jornal Correio.](#)

# SSP inicia testes de câmeras acopladas em fardas de policiais

Pelo menos quatro marcas de câmeras para serem utilizadas em fardas de policiais começarão a ser testadas pela Secretaria da Segurança Pública da Bahia, nesta semana. A medida acontece após estudo e visita técnica realizados pelas Superintendências de Gestão Tecnológica e Organizacional (SGTO) e de Telecomunicações (Stelecom).

Os equipamentos filmarão abordagens, flagrantes e situações de confrontos envolvendo guarnições. Alguns estados, entre eles São Paulo, já utilizam a ferramenta. [...]

[Continue lendo. Fonte: SSP/BA](#)



Foto: TJBA

## Escritório Social da Bahia promove capacitação com pessoas egressas

Para a coordenadora do Escritório Social, Luz Marina, a capacitação é uma “oportunidade única” para essas pessoas, que estão buscando ter novas oportunidades. “Muitos nunca vivenciaram isso: estar em sala de aula, participando de um curso de capacitação. Acredito que, daqui, surgiram novos rumos. Eles estarão ressignificando suas vidas de forma plena.”

Inaugurado em dezembro de 2020, o Escritório é resultado de convênio firmado entre o Governo da Bahia, através da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap), e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para desenvolver a política nacional de atenção às pessoas egressas do sistema prisional. A iniciativa contribui para a prática de comportamentos mais saudáveis, possibilitando também, através desse processo de aprendizagem, aquisição de princípios e valores inerentes à condição de convivência social sadia como parte do processo de reintegração social.

O Escritório Social da Bahia iniciou, no final de julho, a realização de cursos de capacitação para pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares. A iniciativa é fruto de parceria do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) com a Secretaria estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte e o Sine Bahia. Inicialmente, estão sendo ofertadas 30 vagas para os cursos de Telemarketing e Atendimento ao Público.

[Leia. Fonte: CNJ](#)



## Governo investirá R\$ 83 milhões na modernização de unidades policiais

Com o investimento de mais de R\$ 83 milhões, o Governo do Estado dará início ao maior Programa de Modernização das Estruturas de Segurança em toda a Bahia. O Diário Oficial do Estado deste sábado (21) publicou o edital de licitação do pacote de ações, que prevê a construção e reforma de delegacias da Polícia Civil e unidades da Polícia Militar. Quarenta e seis municípios baianos serão beneficiados na primeira etapa do programa.

As unidades vão oferecer melhores estruturas de atendimento aos baianos, bem como mais conforto aos profissionais da segurança pública. Entre as unidades que receberão novas sedes estão as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deams) das cidades de Juazeiro, Jequié, Santo Antônio de Jesus e Itabuna.



Ilustração: Secom / GovBA

[Confira mais. Fonte: SSP/BA](#)

No total, serão 42 unidades da Polícia Civil (quatro Deams, 38 Delegacias Territoriais), entre elas 15 mistas (PM e PC), e quatro da Polícia Militar beneficiadas. As escolhas dos municípios foram realizadas com base no critério de urgência, na mancha criminal, índice populacional, entre outras condições. O prazo mínimo para a execução das obras, após a assinatura da ordem de serviço, é de cinco meses. [...]



## Operações recuperam mais de R\$ 40 milhões em sonegação de impostos na BA

[Assista ao Vídeo da Reportagem no Globoplay](#)



# Peça Processual

---



## Peça Processual e Orientação Técnica

---

[Informação Técnico-jurídica nº 02/2021/MPBA](#), elaborada em conjunto com o Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública – GEOSP, que traz orientações acerca da destinação dos recursos obtidos por meio da celebração de acordos de colaboração premiada, referentes aos crimes de lavagem de dinheiro para órgãos do sistema de defesa social no âmbito estadual.

**\*Para acessar a peça processual, clique no hiperlink acima.**







# Expediente

índice

Procuradora-Geral de Justiça  
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEOSP  
Coordenador  
Luís Alberto Vasconcelos Pereira

Equipe  
Adoniza do Nascimento Dias Gomes – Analista Técnico – Assistente Social  
Daniele Viana Silva Santos – Estagiária de Serviço Social  
Henilda Amaral de Melo – Oficial Administrativo  
Juliane Lisboa Bispo – Estagiária de Serviço Social  
Kadija Teles Borges – Estagiária de Administração  
Pablo Victor Araújo Costa – Assessor Técnico – Jurídico  
Roberto Catai Ferreira Junior – Assistente Técnico - Administrativo  
Sandra Maria Brito Silva – Analista Técnico – Assistente Social

 ceosp@mpba.mp.br  
 71 3103-0381  
 71 3103-0382  
 71 3103-0383